REVISTA DA ABPN

MEMÓRIA COLETIVA EM UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL DO SUL DO SUL DO BRASIL

Leandro Haerter[*]

Resumo: Este texto discute memória coletiva como um elemento essencial do processo de auto-identificação quilombola de uma comunidade negra rural do Sul do estado do Rio Grande do Sul. A partir de dados etnográficos e historiográficos, articula uma discussão sobre a temática da memória coletiva, enfatizando a figura das velhas escravocratas que deram origem aquele território negro através de uma "deixa" de terras e um possível processo de negociação dos antigos escravos com suas senhoras, na busca por uma maior autonomia negra no seio do sistema escravista.

Palavras-chave: Memória coletiva; comunidades negras rurais; auto-identificação quilombola; ancestralidade escrava.

COLLECTIVE MEMORY IN A RURAL BLACK COMMUNITY FROM THE SOUTH OF THE BRAZIL

Abstract

This article discusses collective memory as an essential element of the process of maroon self-identification as a rural black community of the South of the state of Rio Grande do Sul. From ethnographic and historical data, its articulates a discussion on the theme of collective memory, emphasizing the figure of the ladies owners of slaves who originated that black territory through "leaves" of land and a possible negotiation process of the former slaves with their ladies, in the search for greater autonomy for the blacks during slavery.

Keywords: Collective memory; rural black communities; maroon self-identification; slave heritage.

MÉMOIRE COLLECTIVE DANS UNE COMMUNAUTÉ NOIRE RURAL DU SUD DU BRÉSIL

Résumé

Cet article traite de la mémoire collective comme un élément essentiel du processus d'autoidentification marron d'une communauté noire rural du Sud de Rio Grande do Sul.

[*] Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Técnico em Assuntos Educacionais e Tutor à Distância no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação: Espaços e possibilidades para Educação Continuada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense Campus Pelotas, Pelotas/RS, e-mail: leandro@pelotas.ifsul.edu.br.

À partir des données historiographiques et ethnographiques, articule une discussion sur la thématique de la mémoire collective, mettant l'accent sur la figure des anciennes esclavager qui a donné origine à quel territoire noir à travers d'une "feuilles" de terrain et un possible processus de négociation des anciens esclaves avec leurs dames, en recherche pour une plus grande autonomie noir au sein du système des esclaves.

Mots-clés: la mémoire collective, les communautés rurales noires, marron auto-identification; ancêtres esclaves.

MEMORIA COLECTIVA EN UNA COMUNIDAD NEGRA RURAL DEL SUR DE BRASIL

Resumen

El texto discute memoria colectiva como un elemento esencial del proceso de auto-identificación quilombola de una comunidad negra rural del sur de la província de "Rio Grande Do Sul". A partir de datos etnográficos e historiográficos, se articula una discusión sobre la temática de la memoria colectiva, enfatizando la figura de las viejas esclavistas que dieron origen aquello territorio negro por medio de un "cacho" de tierras y un posible proceso de negociación de los antiguos esclavos con sus señoras, en la búsqueda por una mayor autonomía negra en el seno del sistema esclavista.

Palabras-clave: Memoria colectiva; comunidades negras rurales; auto-identificación quilombola, ancestralidad de la esclavitud.

SITUANDO A DISCUSSÃO...

A escravidão no território brasileiro foi um processo moroso, sendo o Brasil o último país das Américas a abolir este sistema no final do século XIX. Com o final da escravidão, o preconceito e a discriminação ao negro permaneceu. Paralelamente a isso, o Estado brasileiro não apresentou nenhuma política pública de integração para os recém-libertos à sociedade, de modo que a discriminação ao negro continuou fortemente com o pós-Abolição, dado que pode ser percebido inclusive pelas formas de apropriação de suas terras.

As comunidades negras rurais surgem no Brasil nesse contexto de pós-Abolição, a partir dos antigos quilombos constituídos por negros fugidos do sistema escravocrata ou por domínios doados sem formalização jurídica por parte dos senhores aos seus ex-escravos (ANJOS; BAPTISTA DA SILVA, 2004).

Com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 as comunidades negras rurais brasileiras passam a ter uma forte visibilidade social e política, na medida em que a formalização jurídica de

suas terras tradicionalmente ocupadas torna-se uma possibilidade concreta. Entretanto, muito embora o Artigo 68 do ADCT reze: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos", esses sujeitos políticos possuem vidas bastante anteriores ao referido Artigo, cujas memórias, trajetórias históricas e culturais e experiências de vínculo com o território criam condições para seu processo de auto-identificação quilombola.

Dessa maneira, as comunidades negras rurais constituem fenômeno relativamente recente no cenário político brasileiro contemporâneo, de modo que a categoria "quilombola" passa a despertar cada vez mais interesse das Ciências Sociais, em especial, sobre identidades e modos de vida. Isto porque esta nova identidade transforma o cotidiano e práticas sociais desses coletivos afrodescendentes, ressignificando o modo como identificam a si e a seus pares, alterando assim o modo como são identificados por outros grupos sociais. Neste sentido, a inserção de pesquisadores e as pesquisas em torno da temática avançaram muito, mostrando a existência de comunidades negras rurais em todo o território nacional.

Além disso, com a emergência dessas novas identidades coletivas, muitas reflexões, discussões e pesquisas no sentido de compreender melhor esses "novos sujeitos" se fazem necessárias, sobretudo suas condições de vida e os processos de construção e reelaboração de suas identidades e memórias.

Acredita-se que esta discussão seja especialmente importante à medida que mostra um pouco do viés da resistência negra/permanência em determinado território, entendendo quilombo como uma forma alternativa de vida, tendo em vista que a formação de quilombos enquanto resistência escrava ainda apresenta aspectos historiográficos a serem considerados. Paralelamente a isso, estudos sobre a construção de novas identidades étnicas contemporâneas – como é o caso dos quilombolas – constituem objeto de interesse científico e também das próprias comunidades, pela elaboração de conhecimento útil tanto para diversos trabalhos acadêmicos quanto para a instrumentalização dessas comunidades, do ponto de vista da possibilidade de implementação de políticas públicas específicas.

Entende-se que uma identidade, social ou individual, não seja uma categoria pronta, definitiva. Ao contrário, é construída, por contextos culturais e históricos específicos e diversos. Por esta razão prefere-se o uso de "identidades" e não de

"identidade", por ser relevante para a análise de comunidades negras rurais em processo de auto-identificação como quilombolas. Nesta perspectiva, é importante entender que as identidades de sujeitos políticos são acionadas mais fortemente quando estes reforçam sua pertença étnica na construção de um nós coletivo (NOVAES, 1993; BARTH, 1998; CUCHE, 2002).

Nessa perspectiva, este artigo é uma versão modificada do Capítulo "Memória coletiva: ancestralidade escrava e origem da comunidade vinculada às velhas escravocratas" da Dissertação de Mestrado "Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, que se ocupou em identificar como acontece o processo de auto-identificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas, localizada no 5º Distrito do município de Canguçu, estado do Rio Grande do Sul, compreendendo essa nova categoria identitária como um processo não dado a priori, mas em constante construção e tendo na memória coletiva um elemento central à compreensão do processo mais amplo de auto-identificação quilombola.

Assim, através desta escrita etnográfica "em segunda mão" (GEERTZ, 1989), traz-se alguns dados etnográficos e históricos coletados durante a pesquisa, privilegiando, observações, interações, narrativas e documentos historiográficos. Em termos teóricos, trabalha-se a categoria "memória coletiva" a partir das perspectivas de Halbwachs (1990), Pollak (1989) e Benjamin (1994) que apontam a noção de memória como construção e reelaboração do passado pelo presente e futuro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Pensar a forma como os interlocutores contam suas lembranças, como as interpretam em sua vida cotidiana e as articulam no presente proporciona um vasto leque de possibilidades para entendermos como as pessoas se vêem no grupo e se percebem politicamente.

Para refletir teoricamente sobre a noção de memória coletiva, faço uso de três autores clássicos. Ambos apostam numa dimensão afetiva e também política da memória, por isso, apropriada a um estudo que se ocupa em analisar o processo de auto-

identificação elaborado por uma comunidade negra rural enquanto quilombola, favorecendo uma melhor compreensão do fenômeno. São eles: Halbwachs (1990), Pollak (1989) e Benjamin (1994), respectivamente nos textos "A memória coletiva", "Memória, esquecimento, silêncio" e "O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskoy".

O primeiro deles, Maurice Halbwachs (1990), realiza um importante estudo acerca da temática da memória coletiva, em especial sobre os pontos de referência que estruturam a memória – quadros sociais reais, situando-os na memória de um determinado grupo ou sociedade. Sua análise se detém sobre a herança arquitetônica, monumentos e também sobre costumes. Ou seja, se ocupa com os patrimônios materiais ou imateriais.

Entre esses pontos de referência às lembranças individuais, estão: lugares, datas, grupos, etc. Em outras palavras, Halbwachs (1990) estabelece relações entre a memória individual e determinada coletividade, colocando em relevo laços afetivos relacionados a lembranças compartilhadas pelo coletivo do grupo. Para o autor, a memória coletiva tem importante função social que é a manutenção de uma "comunidade afetiva", observada no processo de coesão social. Afirma que a memória é um processo seletivo e dessa forma torna-se apropriado identificar e problematizar os principais mecanismos que favorecem a construção e ressignificação da memória, entendendo que uma abordagem mais contemporânea sobre a temática se ocupa com memórias subterrâneas dos excluídos e dos grupos minoritários, distanciando-se da memória dita "oficial".

O autor faz especial menção aos pontos de referência que estruturam a memória, pontos que ligam as memórias individuais ou coletivas à memória da comunidade onde as pessoas se encontram inseridas. Para ele, a memória coletiva possui um caráter positivo cuja função social reforça a coesão social através da adesão afetiva à determinada coletividade, adesão esta de forma afetiva e não de maneira coercitiva.

Assim, memória coletiva, na concepção de Halbwachs, apresenta características de seletividade e negociação, de modo que as memórias individuais e coletivas sejam conciliadas. Por isso, memória não se apresenta como um constructo pronto e acabado em determinado grupo, mas sim com uma fluidez que favorece mudanças e relativismo.

Para o autor a noção de reconhecimento é central:

> [...] Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída [...] (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Esta formulação construída por Halbwachs acerca do estudo da memória mostra o reconhecimento como elemento fundamental tanto na condição do ato de lembrar quanto na negociação da memória. Nessa perspectiva, compreende-se memória como construção social, construção que está não somente ligada ao ato de lembrar, mas também, ao ato de esquecer. Pode-se dizer, então, que fatos marcantes retornam ao presente, de maneira nem sempre "clara", mas presos a um potencial no qual o pesquisador pode empreender tentativas de adentrar em histórias silenciadas, silenciadas dos registros históricos e por aqueles que escrevem essas memórias, através dessa memória, revisitada[1].

Para Halbwachs, a memória é construção e não resultado e no processo de rememorar é necessário que se tenha em mente de que forma e quais elementos são mobilizados para a memória adquirir um certo grau de estabilidade. Neste processo, ocorre a negociação da memória onde memória coletiva e memória individual se conciliam. Para que a memória se aproprie dos testemunhos de outras pessoas, é necessário que haja concordância, pois a memória reforça a coesão social, conforme Halbwachs defende, onde escuta e reconhecimento fazem parte de um mesmo processo de negociação do rememorar.

Temos em Michael Pollak (1989) outra contribuição ao estudo da memória coletiva, em sua discussão sobre sobreviventes de campos de concentração, após sua libertação. O autor apresenta uma análise que prioriza o que ele chama de "memórias subterrâneas", conceito que utiliza para empreender uma discussão fundamental sobre a

[1] Sobre essa questão, Bosi (1994, p. 21) comenta que "[...] Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito [...] Burilar, lapidar, trabalhar o tempo e nele recriá-lo, constituindo-o como *nosso* tempo". Neste contexto é imprescindível irmos a procura de lembranças e reminiscências.

temática, ao se debruçar sobre os processos e atores que influenciam o trabalho de constituição e de formalização da memória.

A memória subterrânea proposta por Pollak, se opõe à memória oficial, pois esta "prossegue seu trabalho de subversão no silêncio" e "[...] ao forjar uma memória oficial, conduziram as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas" (POLLAK, 1989, p. 7).

As "memórias subterrâneas", segundo Pollak, são de difícil localização e é preciso utilizar-se da história oral para o seu encontro, muito provavelmente por isso as comunidades negras rurais, até bem pouco tempo, tenham ficado à margem da historiografia oficial. A memória, nesta perspectiva, emerge com elemento fundamental à construção de identidades coletivas e individuais.

Memorar, na perspectiva adotada, é reinterpretar constantemente o passado em razão do presente e também do futuro, e a memória, o resultado de estratégias ou lutas que buscam uma definição para determinadas narrativas, normalmente obscurecidas pela legitimidade de memórias oficiais, que envolve pessoas, grupos e instituições acerca de determinadas categorias êmicas. Com o conceito de "memória subterrânea", o autor enfatiza a perspectiva dos grupos marginalizados e minorias na construção de memórias coletivas e suas estratégias de sobrevivência.

A relação entre reconhecimento e escuta é, dentro desta concepção, o processo que vai desencadear o trabalho da memória propriamente dito, enquanto que as lembranças têm relação direta com o psíquico, tendo em vista a presença de uma história, cujos significados nem sempre estão evidentes. E também, de que maneira determinados grupos se transformam em atores dessa memória – isto é, naquilo que Pollak vai chamar de "trabalho de enquadramento da memória".

O "enquadramento da memória" enfatiza um lado e oculta outro, negando a presença determinados sujeitos na constituição da História em detrimento de outros que vão compor a chamada "memória oficial", "história oficial" (POLLAK, 1989). Ao valorizar a história oficial, exclui a manifestação de outras possibilidades, deixando-as alijadas do processo de oficialidade.

A história oficial elabora a construção de memórias coletivas fazendo desaparecer conflitos, negligenciando a presença de outras histórias possíveis, empurrando ao plano do esquecimento pessoas importantes no processo histórico,

roubando toda uma dinamicidade histórica. A memória oficial, assim, instala-se como verdade absoluta e constrói experiências dadas, graças a uma historiografia excludente.

Na concepção de Pollak, a memória ensina muito sobre a prática da história vivida. Há reciprocidade entre história narrada e história vivida, uma vez que a memória contribui significativamente na composição da História. Desta forma, o passado não poderia ser apresentado em uma única versão e as riquezas das narrativas fazem todo sentido. Não poderia ser de outra forma, pois o passado é constantemente pensado e reconstruído tendo cenários políticos e projetos futuros como pano de fundo, cujos elementos essenciais são justamente esta variedade de interpretações e a presença de um território em disputa.

Assim, longe de eternizar o passado, mas sim de entendê-lo como uma construção dinâmica, permeada por representações, lembranças, percebe-se que memória encontra-se em constante transformação por meio de laços familiares e de amizade.

As memórias têm a finalidade de manter os laços afetivos, reforçando a pertença das pessoas em relação ao seu grupo. Nas palavras de Pollak (1989, p. 9):

> [...] A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência [...].

Nessa perspectiva, Pollak (1989) apresenta uma noção importante ao entendimento da temática da memória: o "trabalho da memória". Com ela, percebemos que a experiência se faz com a transmissão oral de geração a geração que origina o vivido e o favorece com um significado público, compartido. Neste sentido, o passado se cola ao presente; não se trata de um esquecimento propriamente dito, mas da ressignificação da memória no simbólico, nas representações coletivas.

Este trabalho da memória consiste em dar uma nova forma aos resíduos da memória, fazendo com que os mesmos se reúnam aos termos da vida do tempo atual. Nestes termos, trata-se de um trabalho coletivo de simbolização que necessita do

testemunho, não necessariamente das pessoas que presenciaram determinados fatos. Por isso, não é individual, à medida que se refere a um mergulho no mundo do simbólico e das representações que são coletivas, nos traços do vivido.

É nesse sentido que tanto Pollak quanto Halbwachs se alinham com uma perspectiva que enfatiza o olhar dos excluídos e das minorias, realçando a importância da história oral e das narrativas êmicas. Pollak (1989, p. 4) destaca: "[...] a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à 'memória oficial', no caso a memória nacional [...]".

Walter Benjamin (1994) apresenta outra importante contribuição ao estudo da memória coletiva, trazendo a instigante figura do "narrador". Este entendimento é de fundamental importância, já que a pesquisa etnográfica encontra-se situada em um coletivo afro-descendente em que há fortemente a presença de narradores. O "narrador", tanto pode ser algum interlocutor – a pessoa que faz a transmissão oral da experiência – quanto o pesquisador. O narrador, nos termos de Benjamim, precisa transformar o vivido em experiência compartilhada, podendo ser qualquer membro de determinada comunidade.

À medida que pensa a modernidade como um período inexistente de "uma experiência comum", o autor constrói seu entendimento de memória enquanto uma condição fundamental para a elaboração de novas experiências do ponto de vista da História. Esta especificidade no tratamento da questão da memória, em outras palavras, objetiva a construção de pontes, alicerçadas em cadeias de significados, com a tarefa de aliar a escrita da história, ou o ato de lembrar, com o elemento político, com vistas à elaboração de uma experiência comum.

Segundo Benjamin (1994), é a partir do cruzamento entre experiências e expectativas que se pode rememorar determinada época, estabelecendo, no presente, uma relação entre o passado e o futuro, de modo que bastante marcada em sua escrita é a inquietude na busca por uma experiência comum, defendendo uma visão ampla e humana da História, reconhecendo a importância do desafio de busca desta experiência.

Dessa maneira, a memória é importante porque ajuda a perceber os elementos culturais que se apresentam como comuns ao grupo e aqueles diferentes do mesmo, constituindo, assim, uma categoria antropológica fundamental para a compreensão da pertença e da manutenção de fronteiras étnicas. Memória não é única, mas sim múltipla,

complexa, construída muitas vezes pelos silêncios e pelas falas, à medida que a lembrança, assim como o esquecimento, é elemento constitutivo da memória coletiva.

Halbwachs, Benjamin e Pollak apostam em uma abordagem da memória coletiva enquanto construção social e o tempo enquanto uma espécie de síntese simbólica a qual é transmitida de geração a geração. Para esses autores, o ato de lembrar tem a ver com uma concepção de tempo cuja experiência vai além de privilegiar a história, visto que o tempo não é homogêneo, de onde se realizam os eventos históricos, pois traz à tona experiências irredutíveis a ele. No que tange à memória, então, o tempo como evocador de importantes dimensões estruturantes, quais sejam: afetiva, política e social.

A opção epistemológica por estes autores se deve ao fato destes compreenderem o tempo como agente de transformações sociais, não dissociando sujeito e objeto e nos possibilitando uma maior compreensão sobre o processo de ressignificação da memória.

Desse modo, as contribuições trazidas por esses autores são fundamentais para pensar a memória de grupos afro-descendentes ou para refletir sobre como a memória é reelaborada nos dias atuais. Este contexto se configura como um desafio ao pesquisador à medida que tenta estabelecer relações entre o que é narrado e as experiências observadas nas relações cotidianas. Assim, nas palavras de Pollak (1989, p. 8):

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem de uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar a impor.

Assim, Halbwachs, Pollak e Benjamim apresentam discussões extremamente pertinentes no sentido de se pensar a memória coletiva na atualidade, os percursos para a sua compreensão, bem como os diferentes e complexos sentidos que os grupos atribuem à sua experiência. Estes elementos nos ajudam a entender muito sobre o processo de construção de identidades negras quilombolas, tanto individuais quanto coletivas e assim, emerge a importância de realização de pesquisas sobre grupos que foram silenciados pela memória dita oficial, tão determinantes para a compreensão da relação entre o presente e o passado, pois "[...] o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo [...]" (POLLAK, 1989, p. 10).

ALGUNS DADOS ETNOGRÁFICOS...

A comunidade negra rural Cerro das Velhas possui cerca de 45 famílias que tiram seu sustento da agriculta, das criações e das aposentadorias rurais e pode ser compreendida como um território misto, constituído por negros e "alemães". Cada família quilombola tem aproximadamente dois hectares de terra que utilizam para sua subsistência, sendo que mantém relações de complementação econômica com o meio urbano (BARCELLOS et al, 2004). Existe, nos termos de Weber (1991), uma forte crença em uma ancestralidade comum, na medida em que os negros daquele território se reconhecem como descendentes dos ex-escravos das velhas escravocratas que deram origem à comunidade através de uma "deixa" de terras. De acordo com a memória coletiva da comunidade, estas velhas eram senhoras irmãs, proprietárias de escravos, fazendeiras, solteiras, muito ricas e bondosas, que não tiveram filhos biológicos e registravam os filhos dos seus ex-escravos com seu sobrenome – Mendes, tendo doado suas terras para estes.

Nessa perspectiva, vale a pertinência da fala de Anjos e Baptista da Silva (2004, p. 28):

> A identidade das referidas comunidades negras rurais ou das denominadas terras de preto baseia-se na crença em uma origem comum, articulando-se internamente e mantendo uma regularidade nos padrões de comportamento. A identidade emerge a partir da afirmação dos sujeitos políticos que se organizam, como forma de reação a processos violentos que colocam essas coletividades em ameaça, além de serem mantidas sob opressão socioeconômica [...].

Em termos de uma discussão mais específica sobre memória relacionada ao universo e ao problema de pesquisa, faço uso das observações de Ilka Boaventura Leite, em seu laudo antropológico sobre a Comunidade de Casca, coletivo afro-descendente localizado no estado do Rio Grande do Sul. Encontro nas colocações de Leite (2004), um aspecto semelhante ao encontrado na etnografia realizada junto à comunidade negra rural Cerro das Velhas. Em ambas as realidades, os narradores não trazem uma conexão direta com a África, mas sim se encontram localizados e absorvidos pela chamada cultura brasileira (LEITE, 2004). A autora trabalha com a idéia de memória do território, que, se aplicada a realidade do Cerro das Velhas, viria a confirmar o que segue:

> [...] Um levantamento sobre a atividade profissional entre os mais velhos vem confirmar a prática secular de permanência e ocupação das terras herdadas: são agricultores, nasceram, casaram e até hoje vivem ali, confirmando também a predominância da regra endogâmica [...] (LEITE, 2004, p. 188).

Nos termos de Leite (2004, p. 170), a memória é de grande complexidade "[...] a medida que dá sentido ao presente, projeta-o em ações futuras [...]". Em Casca, "o testamento retorna sempre para explicar o presente", no Cerro das Velhas, a condição de descendentes dos ex-escravos das Velhas escravocratas é evocada constantemente na afirmação de uma identidade negra e quilombola.

Paralelamente a isso, percebe-se, a partir da etnografia realizada, uma concordância com Pollak (1989) no sentido de que a memória tem grande importância na coesão dos grupos, mas não se esgota aí, a memória também é elemento fundamental no respaldo de projetos futuros e coletivos de determinada cultura, como, no caso da comunidade negra rural Cerro das Velhas, a manutenção de uma lavoura comunitária, a construção da sede de sua Associação Quilombola, a continuidade de outros projetos coletivos como a farmácia caseira, todas estas questões que vincula também o coletivo à determinada memória, não se restringindo ao passado, mas, sobretudo, com vistas ao futuro. Isso fica bastante explícito, à medida que o passado coletivo da comunidade é evocado na figura das velhas e no que tange ao projeto futuro de conquista da posse definitiva de suas terras.

De acordo com a pesquisa etnográfica realizada, percebe-se que a memória coletiva é um dos elementos essenciais do processo de auto-identificação quilombola da comunidade negra rural Cerro das Velhas. Memória que se encontra fortemente vinculada às velhas escravocratas que deram origem à referida comunidade através de uma "deixa" de terras que, por não terem descendentes "de sangue" e por gostarem muito de seus ex-escravos, deixaram suas terras para eles tamanha era a "bondade" dessas senhoras, como os interlocutores se referem a elas em razão de seu vínculo afetivo (HAESBAERT, 2006).

Assim, ao realizar uma série de entrevistas e conversas informais com moradores do Cerro das Velhas, constatei a existência de uma narrativa bastante dinâmica sobre as velhas escravocratas que deram origem à comunidade: alguns dizem que eram duas velhas, outros dizem que eram três. Em ambos os casos aparece a figura de uma velha "*malvada*" com seus escravos mas prevalece a figura da velha "*bondosa*" em relação à "*malvada*". Entre aqueles que fazem estas afirmações, reconhecem que as

outras narrativas também são mencionadas, muito embora seja importante frisar que não se tratam de narrativas em disputas ou versões diferentes.

De acordo com um quilombola (66):

> "*o meu pai dizia que eram duas, duas ou três mulheres, isso eu não me lembro [...] Moravam por ali e tinham um pedaço de terra, até por sinal, dizem que deram aquelas terras para aqueles filhos de criação, que ali tem muita terra, e os papéis extraviaram e aí foi ficando aquilo ali, então, ganhou aquele nome por causa disso, Cerro das Velhas [...] não me lembro se eram duas ou três, isso eu não me lembro direito, o falecido papai falava, mas fazem muitos anos, a gente se esquece*".

Quando os interlocutores se referem à "bondade" das velhas, dizem que eram boas com seus escravos, que os criavam como se fossem seus filhos já que não tinham filhos descendentes diretos, davam local para eles morarem. Assim, o atual presidente da Associação Quilombola Cerro das Velhas (65) oferece uma relevante informação sobre a origem do agrupamento, ligada à memória das velhas escravocratas:

> "*o que eu sei é que elas gostavam, vinham criando esses negrinhos e os negrinhos se criavam, ficavam rapaz, moços, agarravam mulher ou casavam, 'onde é que eu vou morar?', 'onde é a minha posse?', 'onde é a minha casa?', 'tu faz a tua casinha, escolhe lugar, faz a tua casinha', 'ah, eu vou fazer lá, na tal figueira tal, na pedra essa, na pedra aquela', 'pois então faz lá'. Os negrinhos delas nasciam, iam se criando, elas iam cuidando deles também. Os negrinhos se criavam, 'onde é que eu vou fazer a minha casinha?', 'faz aí, em tal lugar'. A população ia crescendo e eles se expandindo*".

Narrativas como essa são bastante recorrentes quando se fala na origem da comunidade negra rural Cerro das Velhas. Através delas pode-se formular a hipótese de que desde o período do pós-Abolição os ancestrais dos atuais quilombolas já ocupavam as terras das velhas escravocratas, num processo de negociação com as mesmas no sentido de constituírem famílias, construírem casas de barreado e cultivarem roças próprias para a sua subsistência. Dessa forma, acredita-se que a comunidade surge, enquanto um território negro, a partir da "deixa" de terras das senhoras escravocratas de sobrenome Mendes, cuja ocupação tradicional (ALMEIDA, 2006) do território aconteceu pelos descendentes dos ex-escravos das velhas e por suas famílias que ali foram constituídas ao longo do tempo.

Expressões como "*não alcancei esse tempo*", "*minha avó contava*" são bastante recorrentes nessa estrutura de significação (GEERTZ, 1989). Por indicação, fui conhecer um fazendeiro local que por ser um morador bastante antigo na região poderia me dar informações sobre a história do Cerro das Velhas. O mesmo relatou que:

> "*é porque moraram três velhas solteironas e morreram solteironas e ficou o apelido de Cerro das Velhas, das Velhinhas, então ali é que surgiu esse nome [...] e elas deixaram aqui para os quilombolas, a herança delas [...] eram donas de escravos [...] também eram muito boas, basta que até deixaram a herança para os escravos*".

Nesta perspectiva, de acordo com os relatos acima que se repetem entre os interlocutores mais idosos, as velhas escravocratas "*criavam muitos negrinhos*" e iam "*adotando filhos de negros*", questões bastante presentes durante a realização da etnografia. Os "*negrinhos*" eram criados pelas senhoras e quando atingiam a maturidade constituíam família ganhando um pedaço de terra para fazer sua casa. Um senhor idoso, quilombola (75), narrou que há muitos anos aquele território era povoado de casinhas de barro, haja vista a presença de um grande número de famílias negras. Essas casinhas em sua maioria não existem mais, foram desmanchadas, caíram com o tempo, mas segundo o interlocutor, elas mostram que as pessoas que nelas moravam eram "*agarradas naquela terra*".

Da mesma maneira, presenciamos freqüentes narrativas que apontam que o território negro da comunidade negra rural Cerro das Velhas sofreu expropriação fundiária. Conforme a fala de uma interlocutora (65): "*tudo era delas, dessas velhas Mendes, eram ricas, tudo era delas [...] de primeiro, esses ricos tomavam [...] ninguém podia fazer nada, todo mundo ficava quieto*". Esses relatos apontam realidades de expropriação fundiária no território negro por antigos fazendeiros, na medida em que os fazendeiros iam "*empurrando* [as cercas de suas fazendas] *com a barriga*", se apropriando assim de parte das terras dos negros. Ou ainda "*o negro aqui está em cima da pedra*", o que implica em reconhecer que a parte agriculturável das terras foram as mais expropriadas.

Também é muito recorrente naquele território negro as narrativas de que a atual casa de um outro fazendeiro teria sido construída aproveitando uma das paredes da antiga casa das velhas escravocratas. Em conversa com o senhor e sua esposa, acreditam que as velhas eram solteironas, não tiveram descendentes e apontam a versão de que não seriam fazendeiras e sim "*chacreiras*", remetendo a propriedade de uma pequena extensão de terras, e que eram ajudadas pelos outros. Sua esposa lembra que sua sogra lhe falava que eram três senhoras que moravam lá e por esse motivo a comunidade tem esse nome. Disseram também que outras pessoas comentam que a família teria construído sua casa aproveitando parte de uma parede que um dia havia sido a casa das

velhas escravocratas, mas afirmam que o que havia lá quando adquiriram a propriedade era uma antiga tafona (fábrica de farinha), cujo pedaço teria sim sido ampliado e transformado na sua casa atual e não uma parte da casa das velhas. Esses dados se referem a uma memória afetiva (HALBWACHS, 1990) bem específica com relação ao território da comunidade negra rural Cerro das Velhas.

Imagem nº 1 – Possível parede da antiga casa das velhas escravocratas.
Autor: Leandro Haerter.

Mesmo que uma memória não prescinda de uma comprovação material – no caso, um "resquício da casa" – foi uma narrativa extremamente interessante. Então, um achado importante que liga memória ao território compreendido como o Cerro das Velhas. Tendo em vista Halbwachs (1990), não tem muita importância ser casa ou tafona, o que na realidade importa é a fluidez e a possibilidade de relativismo, presente em seu conceito de memória.

Nesse mesmo sentido, também aparecem narrativas da existência de uma árvore de Primavera, que seria descendente da árvore primeira plantada pelas velhas escravocratas. Conforme relato do presidente da Associação Quilombola Cerro das Velhas:

> "*o pai disse que elas moraram um bom tempo ali, não na casa que nós temos morando, ao lado, ao lado tem um pé de uma Primavera que está ali, que é claro, não é a árvore que elas plantaram, mas aquela árvore deve ser descendente da árvore que elas plantaram ali uma vez. Morreu uma, mas nasceu, brotou e nasceu outra, enfim*".

Imagem nº 2 – Árvore primavera.
Autor: Leandro Haerter.

Inclusive existe no interior da comunidade o chamado "Cemitério das Velhinhas", local onde as velhas escravocratas estariam enterradas, sendo um importante elemento material e reconhecido por todos os membros da comunidade como o local em que se situa o túmulo das senhoras Mendes.

Imagem nº 3 – Túmulos das velhas escravocratas.
Autor: Leandro Haerter.

Lembrando Halbwachs (1990), memória coletiva é processo e se faz perceber nas relações com as experiências em grupo, transformando as lembranças mais

importantes naquilo que é compartilhado pelos membros de uma identidade comum. Desta forma, a casa, a árvore de Primavera, a sepultura no cemitério constitui-se elementos materiais e imateriais ou "pontos de referência", nos termos do autor. Parte significativa dessa memória encontra-se nos grupos sociais e na formação de suas identidades como tais. É nesta perspectiva apontada por Halbwachs que acredito que a Associação Quilombola Cerro das Velhas tenha papel preponderante na formação não apenas de sujeitos políticos mas também no apoio à consolidação dessa memória que unifica aquele território negro.

Na perspectiva apontada por Pollak (1989), vinculando esta discussão à etnografia realizada, percebe-se que as velhas escravocratas podem se enquadrar na categoria de heroínas, tendo em vista as narrativas presentes na memória coletiva da comunidade negra rural Cerro das Velhas, pois elas recebem os atributos de serem "*pessoas boas*", "*religiosas*", "*levavam seus negrinhos para rezarem em sua casa*", permitiam que seus cativos construíssem casas, constituíssem família e cultivassem plantações. A perspectiva de memória subterrânea também abarcaria as narrativas das velhas, uma vez que privilegiam o cotidiano no qual as pessoas tecem seus significados e relações, como se apropriam de territórios e como constroem uma ponte significante entre passado e presente.

No caso da comunidade negra rural Cerro das Velhas, a discussão sobre memória encontra-se permeada por pessoas falantes, buscando estratégias para se manterem vinculadas àquele território, muito embora, percebe-se a ausência de relatos sobre opressão e violência aos negros, o que é compreensível tendo em vista a ordem do "não dito" permear as falas dos interlocutores. No cotidiano, os homens e mulheres mantêm suas relações com o propósito de dar sentido as suas vidas individuais e coletivas, é dinâmico, possui significados dentro daquele contexto e é nele que as pessoas forjam sua história, relacionando passado com presente e atribuindo significados a diferentes eventos.

Acredita-se que o silêncio exista devido a razões muito complexas. Também é verdadeiro que a partir da noção de silêncio pode-se refletir sobre outra noção presente na obra de Pollak que é a "vontade de escuta", ou seja, se existem pessoas dispostas a escutar determinados aspectos transmitidos de geração a geração. Se de um lado, existe o silenciamento em contar, também existe o silenciamento em ouvir; se não existe a vontade de ouvir, por outro, não existe a lembrança. Nas palavras de um quilombola da

comunidade negra rural Cerro das Velhas (72): "*o que é ruim, a gente faz questão de esquecer*"[2].

Ao participar das reuniões da Associação Quilombola Cerro das Velhas e também através de conversas informais e entrevistas, percebi a memória nas velhas escravocratas como memória capaz de impulsionar projetos coletivos quando evocada. Entre os projetos mais imediatos, estão a construção de uma sede permanente para a referida Associação Quilombola, a continuidade da farmácia caseira, a lavoura comunitária, a regularização das terras ocupadas que se encontram "*sem papéis*". Estas expectativas de terem esses projetos alcançados são discutidas no Fórum de Agricultura Familiar, Prefeitura Municipal de Canguçu, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e em diversas situações em que a comunidade se faça representar.

No processo de andamento da etnografia, também conheci a diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Luiz da Silva – escola situada dentro do território negro do Cerro das Velhas, por ter desenvolvido um projeto com professores e alunos sobre origem, aspectos culturais e história dos moradores do 5º Distrito de Canguçu. Em conversa com a diretora, esta me falou sobre a realização do "Resgatando a História do 5º", projeto realizado porque a maior parte dos alunos do Ensino Fundamental não tinham conhecimento do porquê do nome da localidade, o porquê do nome Armada, sobre o Rio Camaquã. O Projeto, dividido em etapas, foi iniciado em março de 2008 e sua culminância em junho do mesmo ano, aniversário do município. O Projeto contemplava as localidades do 5º Distrito, o Rio Camaquã, o tradicionalismo gaúcho e também os quilombolas.

De acordo com a esposa do presidente da Associação Quilombola, que assistiu a culminância da apresentação do projeto, foi um momento bastante rico de informações, em que aprendeu algumas coisas que não sabia, tendo elogiado a organização do mesmo:

> "*tinha uma sala com histórias do CTG [...] outra sala com história da colônia alemã, com os costumes, onde tinha uma máquina de fazer manteiga tocada com a mão, que era de madeira, um pilão, tinha coisas incríveis da colônia alemã [...] a outra sala era das comunidades quilombolas, que dizia a respeito da comunidade quilombola, aquilo ali, com coisas incríveis, as histórias com coisas reais e verdadeiras que tinha dentro daquelas salas*".

[2] Lembrando Pollak (1989, p. 7), "[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, 'não-ditos' [...]".

O projeto causou repercussão muito positiva no município, pois teve sua culminância em três dias. No primeiro, foi aberto ao público, contando com visitas das escolas e divisão das salas de aula em salas temáticas. Em um primeiro momento, os professores fizeram pesquisa, em seguida os alunos também participaram. São onze ou doze localidades e estudaram o porquê do nome de cada uma. Comentou que alguns quilombolas ficaram em uma sala temática, com trabalhos expostos (crochê e bordado ponto de cruz). Inicialmente os professores estudaram e pesquisaram e, depois da mostra do Projeto, os alunos estudaram, e o conhecimento era trocado a partir das aulas, os alunos, contribuíram com fotos e roupas e comidas típicas e artesanato.

Assim, conforme o referido Projeto:

> A localidade Cerro das Velhinhas recebeu este nome, segundo fonte oral, em homenagem a três velhas fazendeiras de sobrenome Mendes que doaram uma gleba de terras para que as pessoas de sobrenome Mendes sem posse construíssem suas casas (ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ LUIZ DA SILVA, s/d).

Ou, nesta mesma direção, de acordo com entrevista realizada com a diretora da escola:

> "*uns dizem que tinha duas, outros dizem que eram três... eram três velhinhas, nenhuma delas foi casada, eram ricas [...] elas eram Mendes, várias pessoas... elas pegavam as crianças e depois que já eram batizadas e tudo elas pegavam e botavam o nome delas Mendes, por isso tem um monte de pessoas de Mendes aqui... na verdade de sangue não eram Mendes... eles eram porque tinha essas três velhinhas fazendeiras ricas e não tinham filhos, então elas deram uma porção de terras, um tanto de terras [...] elas criaram e botaram o nome delas, sobrenome delas, sobrenome Mendes*".

Em uma de minhas visitas a uma determinada interlocutora, tive a oportunidade de conhecer sua irmã mais velha que mora em Porto Alegre e trabalha em casa de família como doméstica, mas que durante toda a sua vida se criou no Cerro das Velhas. Fui apresentado a ela como "*o rapaz que te falei que está interessado na história das velhas*". De imediato, a senhora recordou o nome de uma das velhas escravocratas: Maria Altina Mendes.

Dessa forma, me apropriando da memória desta senhora e tendo acesso a determinados arquivos disponíveis na Internet, chamados "Documentos da Escravidão", consegui ter acesso ao resumo das cartas de alforria de escravos de posse de Maria Altina Mendes, conforme segue:

> **Felicidade** (preta, 25) e seu filho **Antônio** (6); Sra. Maria Altina Mendes; dt. conc. 10-02-76 (Livro 3, p. 4r). Desc.: A carta foi concedida "com o bem entendido, fica nas mesmas condições um seu filho Agostinho [...] com o bem entendido que fica ela minha escrava, e seu filho, no gozo da liberdade depois de minha morte, continuando ao bem servir-me como até esta data". Os escravos estavam matriculados sob n.° 868 e 873 da matrícula geral e 1 e 6 da relação.
> **Joana**; preta; 30; Sra. Maria Altina Mendes; dt. conc. 03-11-77 (Livro 3, p. 10v). Desc.: A carta foi concedida "com o bem entendido, que fica ela no gozo da liberdade depois de minha morte, continuando a bem servir-me como até esta data". A escrava foi recebida por herança da mãe da senhora. (RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO, 2006, p. 235).

Acredito que estes documentos, aliados aos dados etnográficos coletados, sejam de extrema importância, pois permitem interpretar que Maria Altina Mendes, uma das irmãs escravocratas "*bondosas*", concedeu liberdade à escrava Felicidade, ao seu filho Antônio e à escrava Joana somente depois de sua morte, conforme consta nos documentos acima: "no gozo da liberdade depois de minha morte". Neste sentido, a partir da discussão de memória coletiva e de dados históricos, é possível refletir sobre uma perspectiva relativista de velhas "*bondosas*".

Utilizando-se de Pollak (1989), o trabalho da memória negra e não negra não é, meramente, a inserção de grandes realizações, atos de bravura, dores e sofrimentos na memória comum. No estudo da memória, o presente e o passado são conectados graças às narrativas transmitidas de geração a geração, narrativas que variam de narrador para narrador, sempre relativas, pois cada um deles introduz alguma singularidade particular agregando outros elementos às narrativas que vai desencadear na elaboração da memória coletiva através da transmissão das experiências. O trabalho da memória, então, percebe fragmentos, pequenos acontecimentos, e os tece em uma rede de significados representativos pelo grupo em questão.

Acredita-se que esta seja uma discussão interessante no sentido de se pensar a memória na atualidade, os percursos para a sua compreensão, bem como os diferentes e complexos sentidos que os grupos atribuem em sua experiência e a relação possível entre memória e projetos. A memória coletiva faz parte de um repertório comum, pois entende-se que pela sua força os relatos já foram contados várias e várias vezes entre os seus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem da comunidade negra rural Cerro das Velhas, conforme aponta a memória coletiva da comunidade, encontra-se ligada a uma "deixa" de terras por parte das velhas escravocratas aos seus ex-escravos. A etnografia realizada junto à referida comunidade percebeu uma memória coletiva que remonta a uma ancestralidade não por consangüinidade em relação às velhas Mendes, mas "*por adoção*" dos filhos de escravos por essas senhoras "*bondosas*". O próprio nome desta comunidade negra rural atesta a vinculação das pessoas a essa memória.

Este texto trouxe uma discussão teórica acerca da temática memória coletiva, bem com apresentou alguns achados etnográficos sobre a figura das velhas escravocratas presente na memória coletiva da comunidade, sendo ressignificada como velhas "*bondosas*" com seus "*negrinhos*" e ex-escravos, valorizando a perspectiva êmica e documentos históricos que mostram o nome de uma das velhas escravocratas e relativiza a noção de velhas "*bondosas*" com seus escravos. Salienta-se, ainda, que a etnografia revelou que grande parte dos membros da comunidade se reconhecem como descendentes dos ex-escravos das velhas escravocratas, além de outros marcadores identitários que contribuem significativamente para o processo de auto-identificação quilombola daquele território negro.

Entre os dados etnográficos obtidos, cabe destacar relatos de que os negros escravos realizavam possíveis negociações com as velhas escravocratas, no sentido de buscarem uma maior autonomia no seio do sistema escravista, como a possibilidade de construírem moradia, plantarem lavouras próprias e constituírem famílias.

A partir da realização desta etnografia, pode-se afirmar que a comunidade negra rural Cerro das Velhas se auto-identifica como quilombola, porque reconhece que já possui uma história anterior ao Artigo 68 do ADCT e, sobretudo, por uma forte memória coletiva que remonta a uma ancestralidade escrava e permanência no seu território, muito embora esta identidade coletiva encontre-se em permanente construção, sendo acomodada aos poucos pela comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos Gomes; BAPTISTA DA SILVA, Sergio (Orgs.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos**: ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

BARCELLOS, Daisy Macedo et al. **Comunidade negra de Morro Alto**: historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998, 183-227.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 9.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2006.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, nº 15, pág. 209-235, julho de 2001.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais**. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=11/> (acesso em dezembro de 2009).

_____. **Quilombos e a legislação**. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/> (acesso em dezembro de 2009).

_____. **O caminho da titulação**. Disponível em <http://www.cpisp.org.br/terras/htm/comosetitula_caminho.asp> (acesso em dezembro de 2009).

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2002, p. 175-202.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ LUIZ DA SILVA. Canguçu-RS: **Armada-5º Distrito**, mimeo.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAERTER, Leandro. **Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-**

identificação quilombola. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p.43-71

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

_____. **O legado do testamento**: a Comunidade de Casca em perícia. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

NOVAES, Sylvia. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 21-74.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS. DEPARTAMENTO DE ARQUIVO PÚBLICO. **Documentos da Escravidão**: catálogo seletivo de cartas de liberdade acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006, 1234p. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf> (acesso em janeiro de 2009).

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3ed. Vol. 1, Editora UnB, 1991, p. 267- 277.

Recebido em março de 2013
Aprovado em maio de 2013